



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.672

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Maria das Graças Gonçalves Dias

**Data:** 23/04/2024

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 66/2024. Concede título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos”. (Referente à Lei nº 5. 695, de 16/05/2024).

**Controle Interno – Caixa:** 25.17      **Posição:** 27      **Número de folhas:** 06

---



Nº 48/2024

14.05.2024

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 66/2024

Lei Nº 5695, de 16/05/2024

AUTOR:

Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias.

ASSUNTO: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos.

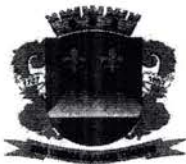
Entrada dia - 23/04/2024

MOVIMENTO

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 2 - CIA EM 14.05.2024
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

24-04



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias  
"Graça da Casa do Motor"

## PROJETO DE LEI Nº 66 /2024



### Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica considerada de **Utilidade Pública Municipal** a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL MIRANTE DOS ANJOS**”, inscrita no CNPJ sob o número 48.984.573/0001-23, com sede na Comunidade do Borá, zona rural de Montes Claros/MG.

**Art. 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 05 de Abril de 2024.

  
**MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES DIAS**

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 23 DE ABRIL DE 2021  
fern  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL MIRANTE DOS ANJOS"** inscrita no CNPJ sob o número 48.984.573/0001-23, funciona regularmente na ESVC KM 4, S/N, na Comunidade Rural Mirante dos Anjos, em Montes Claros-MG, CEP: 39.409-899, desde 27/12/2022, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 31.213, Livro A-26; protocolo nº 144.616, Livro A-14, em 27 de Dezembro de 2022, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 32.388, Livro A-27, e protocolo sob nº 149.867, livro A-14, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 02 de Fevereiro de 2024.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 17 de Abril de 2024

*Martins Lima Filho*  
Presidente da Câmara

---

MARTINS LIMA FILHO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2024 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos.”, de Autoria da Vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 24 de abril de 2.024.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUCIANO BARBOSA BRAGA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>







## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2024**

**AUTOR:** Ver. Maria das Graças Gonçalves Dias

**MATÉRIA:** Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos.

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/04/2024 com entrada na Sala das Comissões no dia 24/04/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos, inscrito no CNPJ 48.984.573/0001-23, com sede na Comunidade do Borá, Bairro Zona Rural, neste Município de Montes Claros.

Nos termos do art. 2º do Estatuto, o referido instituto, tem, entre outros objetivos, desenvolver projetos de assistência de combate à fome e a pobreza, proteção da saúde da família da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; promover projetos culturais e esportivos, de melhoria do emprego e da renda, na economia de subsistência, promoção da integração ao mercado de trabalho.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da Associação; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais e documentos pessoais dos associados.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação Comunitária Rural Mirante dos Anjos, no dia 09 de maio de 2024, para conhecer o trabalho desenvolvido pela associação.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2024.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_